



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Julho a Setembro de 2010

Ano 35 – Nº 201

Romarias proclamam o direito da Terra e dos pobres

Págs.: 8 e 9

Foto: CPT Minas Gerais



Foto: Minga Informativa

*Dados parciais divulgados pela
CPT mostram aumento dos
conflitos pela água*

Pág.: 5

*IV Fórum Social das Américas:
uma outra América
é possível!*

Págs.: 10 e 11



EDITORIAL

Num ano em que a atenção do povo esteve centrada em torno a grandes momentos esportivos ou políticos – Copa do Mundo e eleições – as comunidades do campo continuaram sua trajetória, alimentando sua vida e sua luta na fé com a celebração das Romarias da Terra. Estas, à luz da Palavra de Deus, proclamam os direitos dos pobres.

Os direitos dos quilombolas foram afirmados nas Romarias do Rio Grande do Sul e do Paraná, onde também se levantou um clamor contra as tentativas de cercar as poucas conquistas destas comunidades duramente alcançadas. O protagonismo das mulheres foi celebrado na Romaria da diocese de Presidente Prudente, SP: “Mulheres do campo na luta pela terra em defesa da vida”, foi o lema. Na comunidade Margarida Alves onde se realizou a Romaria, a maioria das lideranças é de mulheres.

O cuidado com a “Mãe-Terra” marcou as Romarias de 2010. Goiás denunciou as práticas de destruição do Cerrado e a violência contra os povos que vivem nele. A Bahia celebrou sua Romaria com a interpelação “Terra Mãe, para onde vamos?”. Minas Gerais proclamou que “Terra e água partilhadas são a herança de Deus resgatada”. As Romarias de São Paulo e do Rio de Janeiro deixaram claro que a “Terra é Dom de Deus e Direito do Povo”. O Tocantins e o Pará celebraram a resistência do povo, amparado pelas figuras emblemáticas do Pe. Josimo e da Irmã Dorothy, mártires da luta pelo direito do povo à terra de todos.

Caminhando em meio a muitos percalços, sofrendo a pressão do avanço do agro e hidronegócios, aturdido em meio a um processo eleitoral em que as promessas se multiplicam, os homens e mulheres do campo encontram nas Romarias o espaço em que podem respirar ares de esperança.

Mas os conflitos continuam e em muitas regiões crescem, conforme divulgou a CPT, ao lançar os dados relativos a 1 de janeiro a 31 de julho de 2010. Não podemos, porém, nos deixar abater. Há muitas luzes se acendendo. A CNBB publica um documento sobre a “Igreja e Questão Agrária no início do século XXI” quando se completam 30 anos do Documento “Igreja e Problemas da Terra” e 60 anos do primeiro documento sobre a realidade do campo escrito por um bispo, o de Campanha, MG, em 1950. Um diálogo promissor se inicia entre a igreja brasileira e a da África do Sul.

O IV Fórum Social das Américas, em Assunção, no Paraguai, mostra que “Nuestra America está en camino”, na busca de um outro modelo de desenvolvimento, pois “ao Capitalismo não interessa a vida”. O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo realiza o Plebiscito para o povo dizer se concorda que se estabeleça um limite para a propriedade da terra.

Diante de tudo isto, a reflexão bíblica nos provoca a conhecer a Javé, para nos conhecermos a nós mesmos, pois “conhecer quem é o nosso Deus é descobrir nossa própria identidade”.

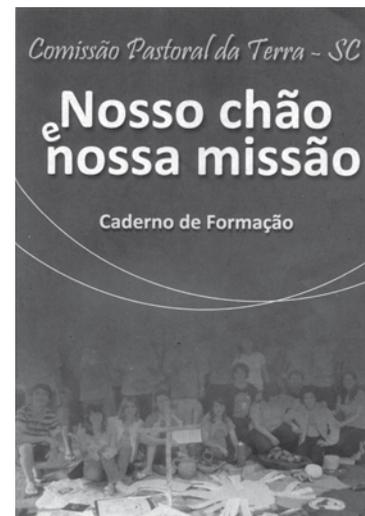
Nesta edição vamos encontrar ainda a lembrança de três companheiras que partiram para a casa do Pai, nos últimos meses a memória dos 15 anos do Massacre de Corumbiara, RO, dos 25 anos do martírio do Pe. Ezequiel Ramin e dos 27 anos da morte de Margarida Maria Alves. Ela e eles regaram com seu sangue as sementes de um projeto que quer justiça e fraternidade.

Boa leitura!

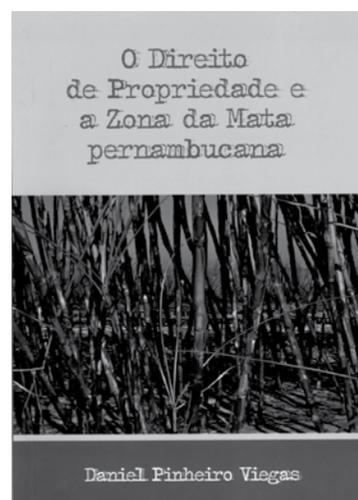


Nosso Chão e Nossa Missão

A Comissão Pastoral da Terra tem como missão cuidar da terra e de todas as formas de vida que dela dependem, e essa é uma tarefa difícil nesses tempos em que os bens universais, terra e a água foram mercantilizados. Tendo presente este contexto, a CPT de Santa Catarina lançou o caderno de formação “Nosso Chão e Nossa Missão”. O caderno traz dez encontros de formação que permeiam temas como a missão e história da CPT, agricultura camponesa, desenvolvimento solidário e sustentável, políticas públicas, relações de gênero, água e direitos. O caderno traz textos para estudo, questões para debate, indicações bíblicas e orações. A cartilha é um instrumento para realizar a missão que compete à Pastoral de fortalecer os movimentos e organizações que defendem a vida; anunciadora da presença de Deus Pai Mãe, que caminha com os camponeses e camponesas, fortalecendo a fé e a luta.



O Direito de Propriedade e a Zona da Mata Pernambucana



Publicado neste ano de 2010 pela Editora Linceu, o livro é resultado da monografia final do curso de graduação em direito da Universidade Federal de Pernambuco, apresentada em janeiro de 2004. A pesquisa de Daniel Viegas nos conduz pela linha evolutiva do direito de propriedade no Brasil e a relação dos homens com seus bens, relação esta, que é historicamente responsável por conflitos, injustiças, concentração de riqueza e poder, além de ser um fator gerador de pobreza e excludente da cidadania, com invariável constância ao longo do tempo. O texto faz uma análise sobre o percurso da legislação imperial e republicana trazendo à tona uma evidência inquestionável: A de que os senhores da terra no Brasil e no Pernambuco açucareiro, em razão direta de possuir a terra, possuíram também o Estado, seus governantes, parlamentares e juizes e com isso construíram um ordenamento jurídico à imagem do seu ânimo individualista e pouco solidário.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar,
Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Ladislau Biernaski

Vice-presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Lucimere Leão
Isolete Wichiniwski
Padre Hermínio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Hugo Paiva - estagiário
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.
www.graficaeditoraamerica.com.br

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Luther

MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Organizações articulam oposição unificada a hidrelétricas na Amazônia

De 25 a 27 de agosto, cerca de 600 lideranças sociais e indígenas dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará promoveram no município paraense de Itaituba (PA), o I Encontro dos Povos e Comunidades Atingidas e Ameaçadas por grandes projetos de infra-estrutura, para articular estratégias conjuntas de resistência aos projetos de construção de hidrelétricas no

bioma amazônico. O foco principal foram as obras em andamento no rio Madeira (RO) e as usinas planejadas nos rios Teles Pires (MT), Tapajós (PA) e Xingu (PA). O evento contou com a presença do Ministério Público Federal e de várias ONG's socioambientais e de pesquisadores do Painel de Especialistas que avaliaram os impactos da usina de Belo Monte.

Acampamento Terra Livre

Entre os dias 16 e 19 de agosto, aconteceu, no Mato Grosso do Sul, o VII Acampamento Terra Livre. Cerca de 800 indígenas de todo o país se reuniram para analisar a atual situação de seus direitos, e formular propostas comuns para uma nova política indigenista no país. Os temas discutidos foram o impacto em terras indígenas de grandes empreendimentos, e o direito à terra, entre outros. Ao final, houve uma marcha denunciando as violações dos direitos indígenas, em



Foto: Maíra Heinen/CIMI

especial as graves violências que se abatem sobre os povos do Mato Grosso do Sul.

Movimentos sociais marcham pelos direitos dos atingidos pela UHE de Estreito

Os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito, que está sendo construída no rio Tocantins, entre o estado de Tocantins e Maranhão, marcharam por mais de 125 km, cobrando das empresas responsáveis pela obra, seus direitos e o atendimento às reivindicações feitas há mais de um ano, tempo em que estão acampados próximo à área de construção da Usina. A marcha teve início no dia 23 de agosto, e saiu da cidade de Araguaína (TO) em direção ao município de Estreito (MA), onde chegou no dia 1º de setembro. Durante toda a marcha foram realizados momentos de formação com os militantes e, também, uma preparação para o Plebiscito pelo Limite da Propriedade da Terra, realizado em todo o

país entre os dias 1 e 7 de setembro. Cerca de mil pessoas fizeram parte da marcha, entre ribeirinhos, indígenas, pescadores, membros do Movimento por Atingidos por Barragem (MAB), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e famílias acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Foto: CPT Araguaia - Tocantins



19ª Assembleia Estadual da CPT Minas Gerais

A CPT Minas Gerais realizou entre os dias 13 e 15 de agosto, a sua 19ª Assembleia Estadual, na cidade de Turmalina, Vale do Jequitinhonha. Esta Assembleia com a participação de cerca de 50 pessoas, entre agentes e trabalhadores contou com a assessoria de Ruben Siqueira, da Articulação São Francisco Vivo e de Dirceu Fumagalli, da coordenação nacional da CPT. Os três dias foram de muita discussão sobre temas como mineração, barragens, comunidades tradicionais e Reforma Agrária. Foram definidas as linhas de ação e os desafios para o trabalho da CPT Minas Gerais no triênio, de 2010 a 2013. Entre eles estão a continuidade da luta pela reforma agrária, o apoio às comunidades tradicionais e às comunidades atingidas por grandes projetos, como barragens e mineração. O regional mineiro destacou como positiva a participação dos



Foto: CPT Minas Gerais

trabalhadores vindos das diversas regiões do Estado, dentre eles quilombolas, assentados, acampados, pequenos produtores, atingidos pelos projetos de barragens e pelos de mineração. Nesta Assembleia foi definido o novo regimento interno da CPT e eleita uma nova coordenação estadual, composta por dois agentes: Paulo André Alves de Amaral e Maria do Carmo Silva, e um conselho composto por 15 membros.

II Encontro Regional Mulheres Indígenas

Durante três dias, 13 a 15 de agosto, cerca de 250 mulheres de diversas comunidades indígenas dos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, reunidas na Aldeia Caramuru, em Pau Brasil (BA), discutiram suas angústias, esperanças e exigências, a perseguição sistemática e histórica contra seus povos e o intenso processo de discriminação e criminalização de suas lutas. O encon-

tro teve por objetivo principal contribuir com o processo de participação das mulheres indígenas e suas organizações, visando o fortalecimento das lutas pela recuperação dos seus territórios, possibilitando momentos de formação, informação, de troca de saberes entre os grupos e rearticulação da Comissão de Organização das Mulheres Indígenas no Leste (Comil).

Impactos da Mineração são debatidos no semiárido mineiro

Nos dias 3 e 4 de agosto, foi realizado no município de Porteirinha (MG), o Encontro sobre Impactos da Mineração. Participaram deste, representantes da Cáritas, da CPT, de organizações populares e sindicatos do norte de Minas Gerais. O objetivo da reunião foi fortalecer a sociedade civil e unir forças para defender o projeto popular de convivência com o semiárido e em defesa da vida. O encontro aconteceu em meio a uma conjuntura de frequentes investidas de grandes projetos de minera-

ção sobre a região. Um momento muito importante do Encontro foi a partilha de experiências, momento em que cada participante trouxe para a plenária a triste situação da sua região e dos moradores, a partir da implantação de mineradoras. Foi possível perceber a grande vulnerabilidade social e fragilidade econômica dos atingidos, sobretudo no que diz respeito aos graves casos de saúde pública e violência que têm acontecido desde a instalação da mineradora.

ARTIGO

Documentos históricos sobre Igreja e Terra

ANTÔNIO CANUTO*

A CNBB acaba de lançar o título 99 de sua coleção Estudos da CNBB: “Igreja e Questão Agrária no Início do Século XXI”. A primeira versão deste documento, apresentada à Assembleia da CNBB, em maio deste ano, em Brasília, recebeu críticas e contribuições para seu enriquecimento. O texto reformulado foi aprovado pelo Conselho Permanente. A CPT participou da elaboração do mesmo com contribuições de Alessandro Gallazzi, Antônio Canuto e Roberto Malvezzi, o Gogó. O presidente da CPT, Dom Ladislau Biernaski, fez parte da equipe responsável pela elaboração do mesmo.

Três momentos diferentes

O documento de estudos é publicado ao se completarem 30 anos do pronunciamento oficial da CNBB “Igreja e problemas da Terra” e 60 anos da primeira manifestação pública da hierarquia católica sobre a questão agrária, a Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha (MG), publicada no dia 10 de setembro de 1950: “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Rural”. (A diocese durante Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro, fez memória desta Carta). Estes documentos surgem em contextos diferentes da igreja. A carta de Dom Inocêncio foi publicada após a realização da Primeira Semana Ruralista da qual participaram fazendeiros, padres e professores rurais. A grande preocupação da igreja, naquele momento, centrava-se no avanço do comunismo.

Já o documento “Igreja e Problemas da Terra”, aprovado pela quase unanimidade dos bispos participantes da 18ª Assembleia Geral da CNBB, em 1980, (somente quatro votos contrá-



Arquivo: CPT Nacional

rios) foi produzido em plena ditadura militar. A Igreja se renovava depois do Concílio Vaticano II e da Conferência dos Bispos Latinoamericanos, em Medellín, Colômbia. Agora os tempos são outros. A questão da terra está muito longe de conseguir a quase unanimidade do episcopado brasileiro. A simples apresentação de um documento de estudos provocou fortes reações de bispos cujo discurso se alinha com o dos ruralistas. Para alguns, o documento expressa uma leitura ideológica de esquerda. Um pronunciamento oficial da CNBB é de se desejar. Mas certamente hoje não terá a contundência que a realidade do campo exige.

60 anos da Carta Pastoral do bispo de Campanha (MG)

A pastoral de Dom Inocêncio partia da constatação de Pio XI, de que a Igreja tinha perdido a massa operá-

ria: “Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural”, dizia. Após descrever a situação em que viviam os trabalhadores do campo, afirmava que algo deveria ser feito urgentemente porque “os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inventar coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais”. Convocava então os fazendeiros católicos: “Antecipai-vos à revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja.”

A melhora das condições de vida dos trabalhadores do campo, segundo o bispo, era um imperativo tanto para o governo, quanto para a Igreja e os proprietários. Para enfrentar a realidade, propôs a criação de “um grande movimento de “Ação Católica Rural” que, a exemplo da Ação Católica Operária, “vá trabalhando junto às massas já seriamente atingidas pelo desespero

e pela revolta e profundamente trabalhada pela demagogia revolucionária!”.

30 anos do documento Igreja e Problemas da Terra

A 18ª Assembleia Geral da CNBB teve como tema central a problemática da terra e aprovou o documento “Igreja e Problemas da Terra”. O documento parte da constatação da concentração da propriedade da terra no Brasil, analisa o modelo de desenvolvimento adotado e aponta as consequências deste modelo: migrações e violência. Denuncia “um amplo processo de expropriação dos lavradores, por grupos econômicos”. Critica a política de incentivos fiscais, responsável pela especulação fundiária e pela expulsão de milhares de famílias e a transformação de posseiros, colonos, parceiros e arrendatários em proletários muitas vezes submetidos a condições análogas a escravidão.

A grande novidade deste documento é a distinção entre “terra de exploração e terra de trabalho”, assim expressa: “Terra de exploração é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros”. “Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros, nem para especular”. Os bispos se comprometem a “estimular a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações para que sejam realmente organismos autônomos e livres” e a apoiar “os esforços para uma autêntica reforma agrária”.

Este documento se tornou um marco na história da igreja do Brasil.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CONFLITOS NO CAMPO – DADOS PARCIAIS

Conflitos pela água crescem 32%

ANTONIO CANUTO*

A CPT divulgou no dia 1º de setembro, os dados parciais dos Conflitos no Campo Brasil, relativos ao período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2010.

Nesses dados, três elementos chamam a atenção. O primeiro é o aumento de Conflitos pela Água em 2010. O segundo é que mais da metade dos conflitos por terra, 54%, ocorreram no Nordeste, onde cresceu o número de conflitos. E o terceiro, muito preocupante, é que contrariamente ao restante do Brasil, no Sudeste e no Sul do país cresceram e de forma expressiva, alguns índices de conflitos e violência.

No Sul e Sudeste as duas regiões, “mais ricas e desenvolvidas do país”, cresceu o número de trabalhadores presos e o de agredidos. No Sudeste o número de trabalhadores presos passou de 3, em 2009, para 11 em 2010, aumento de 276% e o número de agredidos passou de 4 para 15, mais 275%. Na região Sul, o número de presos passou de 12 em 2009, para 18, em 2010 (mais 50%) e o número de agredidos de 2, em 2009, para 20, em 2010, (mais 900%). Além disso, cresceu o número de ações de despejo. Nas duas regiões, tanto em 2009, quanto em 2010, todos os estados, registraram ocorrências de trabalho escravo. O que anos atrás era atribuído ao atraso das regiões Norte e Nordeste, agora se constata com persistência e crescimento nas regiões onde o “progresso” já se instalou definitivamente.

Conflitos pela água

De janeiro a julho de 2010 foram registrados pela CPT, 29 conflitos pela água envolvendo 25.255 famílias. Número 32% maior a igual período de 2009, quando se registraram 22 conflitos envolvendo 20.458 famílias. Em todas as regiões, menos no Norte, os

conflitos pela água cresceram: 50%, passando de 2 para 3 no Centro-Oeste; 18,5%, indo de 7 para 9, no Nordeste; 175%, crescendo de 4 para 11 no Sudeste; e 50% de 2 para 3 no Sul. No Norte foram registrados 7 conflitos em 2009, e 3 em 2010, mas cresceu em 395% o número de famílias envolvidas nestes conflitos. Passaram de 2.250 famílias em 2009, para 11.150, em 2010. Os 29 conflitos pela água, ocorreram em 14 estados da Federação, em 2010, quando em 2009, atingiram 13 estados e 11 deles, ou 38%, estão relacionados com a construção de barragens.

Sudeste e Sul destacam-se pelos números de violência

Os dados da CPT apresentam declínio nos números absolutos da violência contra a pessoa, no período

de janeiro a julho, de 2009 para 2010. Mesmo com essa queda, na região Nordeste houve aumento no número de assassinatos, passando de 3, em 2009, para 4 em 2010.

O Nordeste concentra 54% dos conflitos por terra

O Nordeste registra 54% dos conflitos por terra de todo o Brasil. Diferentemente do restante do país, o número de conflitos por terra no Nordeste passou de 158, em 2009, para 194, em 2010. As ocorrências de conflitos por terra passaram de 95 para 126 e o de ocupações de 57, para 65. Já o número de acampamentos se reduziu de 6, para 3.

Nas demais regiões do Brasil, os conflitos por terra, ocupações e acampamentos sofreram redução, em 2010, em relação ao mesmo período de 2009. São 365 ocorrências de con-

flitos em 2010, envolvendo 33.413 famílias, contra 547 ocorrências em 2009, envolvendo 47.739 famílias. Mas, em contrapartida, os dados mostram que o número médio de famílias envolvidas em conflitos por terra, em 2010, aumentou, chegando a 94, enquanto que em 2009 a média era de 87 famílias envolvidas.

Manifestações

No período cresceu o número de manifestações, mais 18%. Passaram de 323 envolvendo 104.262 pessoas, em 2009, para 385, em 2010, com a participação de 165.530 pessoas.

Trabalho Escravo

Os números relativos ao trabalho escravo são menores no período de janeiro a julho de 2010. Em 2009, foram registradas 134 ocorrências de trabalho escravo, envolvendo 4.241 trabalhadores, com a libertação de 2.819. Em 2010, foram registradas 107 ocorrências envolvendo 1.963 trabalhadores, dos quais 1.668 foram libertados. O que mais chama a atenção é o aumento de ocorrências no Centro-Oeste. Passaram de 16 ocorrências, em 2009, com 259 trabalhadores envolvidos e libertados, para 21 ocorrências em 2010, com a libertação de 526 trabalhadores. Sobressai neste quadro o estado de Goiás, que passou de 6 para 13 ocorrências, passando de 259 para 490 o número de trabalhadores libertados.

Foto: João Zinclar



* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional – da CPT.

ÁFRICA

Brasil-África: um diálogo urgente e necessário

ISOLETE WICHINIESKI*

Adívida histórica e social com os negros africanos remonta ao século XVI, quando milhares foram escravizados no Brasil. Além das políticas governamentais que assegurem aos seus descendentes restituição de seus direitos, é necessário que os povos mantenham ações de solidariedade. Este é o propósito da Comissão Pastoral da Terra com a África do Sul.

Em 2008, a Conferência Episcopal Sul Africana iniciou um diálogo com a Conferência Brasileira através da visita de um grupo à Bahia, Goiás e São Paulo. As relações ficaram estreitas e a experiência da CPT motivou o grupo a despertar na Conferência um jeito diferente de trabalhar as questões da terra. No ano passado, dois membros da Coordenação Nacional da CPT visitaram as experiências na África do Sul, em preparação para a participação, este ano, de dois representantes da CNBB na Assembleia da Conferência Episcopal Sul Africana, onde foram debatidas as preocupações da Igreja Católica com os pobres da terra.

A Lei do Apartheid, de 1948, deixou marcas profundas na população, e com a segregação os povos perderam a terra e o direito. Com a liberdade decretada em 1996, o governo vem tentando devolver o direito a estas populações. Mas, assim como no Brasil, há vários empecilhos, tanto do ponto de vista da Legislação como na disputa das elites pelo modelo de desenvolvimento do país. Outra questão que dificulta é a organização e a lentidão dos órgãos responsáveis pela reforma agrária. Além disso, os programas foram impostos pelo governo sem uma discussão com a sociedade. As Igrejas, detentoras de terras, estão repassando as fazendas às comunidades. Foi com esta motivação

que foi criado pela Conferência dos Bispos Sul Africanos, o programa de terras.

A segregação trouxe consequências sérias e a população do campo sofre até hoje. Primeiro porque grande parte foi isolada em determinadas regiões, as mais altas, no momento inicial da Lei do Apartheid, mais tarde por volta dos anos 60 e 70 foram juntadas em vilas. Perderam as terras e a base econômica e cultural. O Apartheid criou o conceito de território de brancos e negros. No sistema de tribos, as comunidades se organizam em associações ou sob a tutela de um chefe tradicional. Da população de 48 milhões de habitantes, 21 milhões vivem no campo. 70% vive abaixo da linha da pobreza, localizados principalmente no campo e nas periferias das cidades, que ostentam uma ótima infraestrutura, que acaba maquiando a realidade.

O país tem recursos naturais abundantes, comunicações, energia e transportes bem desenvolvidos. A economia cresce acima de 5% ao

ano, e vive o desemprego como um dos maiores desafios ao crescimento econômico do país, juntamente com as disparidades de pobreza extrema e enorme riqueza, e a elevada incidência de HIV/AIDS. Suas principais atividades estão relacionadas à agricultura, mineração e turismo. As atividades agrícolas variam desde a produção de safras e agricultura mista, nas chuvas de Inverno e no pico do Verão, passando por criação de gado bovino e de ovinos nas regiões mais áridas. A criação de gado é o maior setor agrícola do país, com cerca de 13,8 milhões de cabeças de gado e 28,8 milhões de carneiros. A África do Sul é o 10º maior produtor de vinho do mundo. O fator de longe mais limitativo é a disponibilidade de água, ou a falta dela. A época das chuvas não sucede uniformemente por todo o país, daí que algumas regiões têm grandes períodos de seca. Praticamente 50% da água são utilizadas para a agricultura, com cerca de 1,3 milhões de hectares a serem irrigados. Quem tem acesso à irrigação são as

fazendas comerciais que se localizam nas regiões mais planas.

O problema da terra é a questão das posses. A maioria dos pequenos agricultores é posseira e está nas fazendas dos brancos, principalmente de criação de animais (leões, girafas, zebras) para atividades turísticas, e não tem título de propriedade. A legislação não prevê a desapropriação das fazendas, sendo assim o governo depende da boa vontade dos fazendeiros em dispor das terras para a venda. Por causa disso, os preços das terras são altos. Há muitas famílias expulsas de suas áreas, conflitos, mortes por parte dos fazendeiros, mas isso não é visível, poucos tomam conhecimento desta situação. Há resistências, mas são isoladas.

O diálogo proporcionou entrarmos em contato com esta realidade, e partilhar com os Bispos as experiências da ação da Igreja no Brasil. Como resultado desta experiência, a Conferência Sul Africana despertou a consciência para as consequências de todo o processo de colonização e segregação dos negros. O trabalho se inicia com a elaboração de um documento sobre as questões da terra, através do método Ver-Julgar-Agir. Além disso, há uma preocupação com a formação de lideranças para um trabalho de base nas comunidades, e a realização de campanhas que despertem a sociedade e pressionem o governo a realizar as políticas necessárias para a erradicação da pobreza e a garantia dos direitos de toda a população. Outra questão importante apontada pelos Bispos é a solidariedade no Continente Africano e a proposta de diálogo entre o Brasil, África e Índia.

Foto: Isolete Wichinieski



PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA

Plebiscito Popular mobiliza sociedade brasileira

THAYS PUZZI*

“Se é contra o latifúndio, eu voto sim!” Esta foi uma das frases mais ouvidas durante a votação do Plebiscito Popular pelo Limite de Terra que começou em todo Brasil no último dia 1º de setembro, teve grande mobilização no dia 7 durante o Grito dos Excluídos, e se estendeu até o dia 12, em virtude da grande procura da população para participar deste que foi o gesto concreto do povo brasileiro contra a concentração de terras e poder no país.

A população brasileira também foi convidada a participar de um abaixo-assinado que continua circulando até o final deste ano. O objetivo desta coleta de assinaturas é pressionar o Congresso Nacional para

que apresente um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) para que seja inserido um novo inciso no artigo 186 da Constituição Federal que se refere ao cumprimento da função social da propriedade rural.

Já o plebiscito popular, além de consultar a população sobre a neces-

sidade de se estabelecer um limite máximo à propriedade da terra, teve a tarefa de ser, fundamentalmente, um importante processo pedagógico de formação e conscientização do povo brasileiro sobre a realidade agrária do nosso país e de debater sobre qual projeto

cional pelo Limite da Propriedade da Terra sugere 35 módulos fiscais, como limite máximo para as propriedades. Áreas acima de 35 módulos seriam incorporadas automaticamente ao patrimônio público e destinadas à Reforma Agrária. Caso a proposta seja aprovada, somente cerca de 50 mil grandes propriedades de terra seriam atingidas no país.

Além das 54 entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, também promovem o Plebiscito Popular

defendemos para o povo brasileiro. Além disso, o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade de Terra veio como um instrumento para pautar a sociedade brasileira, sobre a importância e a urgência de se realizar uma Reforma Agrária justa em nosso país.

A proposta da Campanha Na-

pelo Limite da Propriedade da Terra, a Assembléia Popular (AP) e o Grito dos Excluídos. O ato ainda conta com o apoio oficial das Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

Dez respostas para uma pergunta:

Por que as propriedades rurais de terra no Brasil precisam ter um limite máximo de tamanho?

1 - Porque a concentração de terra é a grande responsável pela miséria e fome em nosso país.

2 - Porque no Brasil, se uma pessoa quiser comprar todas as terras privadas do país, pode! Pois não existe uma lei que limite o tamanho da propriedade de terra.

3 - Porque o latifúndio e o agrogêncio, no último século, expulsaram mais de 50 milhões de pessoas do campo, provocando o surgimento de milhares de favelas em todo o País, onde vivem mais de 80 milhões de brasileiros e brasileiras em condições desumanas.

4 - Porque muitas famílias sem terra poderiam ter acesso à terra e com isso aumentaria a produção de alimentos, pois a agricultura familiar e camponesa é a responsável pela produção dos alimentos da mesa dos brasileiros.

5 - Porque são as pequenas propriedades que produzem alimentos orgânicos, livre dos agrotóxicos, assegurando o direito das populações de ter uma alimentação saudável.

6 - Porque a agricultura familiar e camponesa cria muito mais empregos. Emprega 15 pessoas a cada 100 hectares, enquanto que o agrogêncio emprega apenas duas.

7 - Porque o latifúndio e o agrogêncio são os grandes responsáveis pela violência no campo e pela exploração do trabalho escravo.

8 - Porque banqueiros, grandes empresários e corporações internacionais são donos de grande parte dos latifúndios. Muitos nunca plantaram um pé de cebola.

9 - Porque 1% dos estabelecimentos rurais, com área de mais 1 mil hectares, ocupa 44% de todas as terras, enquanto praticamente 50% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares, ocupam somente, 2,36% da área.

10 - Porque no século passado pelo menos 20 países estabeleceram um limite para propriedade rural, entre eles países desenvolvidos como Itália, Japão, Coréia do Sul. Agora é a nossa vez!

ROMARIAS**Manifestação de fé e esperança se multiplica por todo o país**

CRISTIANE PASSOS*

As romarias das Águas e da Terra, que acontecem por todo o Brasil, clamam por justiça e fraternidade, e anunciam a organização do povo que com fé e luta busca a transformação da sociedade.

Nessas caminhadas, todos os anos, milhares de romeiros denunciam a violação dos direitos dos homens e mulheres do campo e o avanço do agro-hidronegócio. Romaria, além de um espaço

de oração é também onde se renovam as forças para a luta. Este é um importante momento de manifestação de fé, resistência, celebração e esperança na vida de milhares de pessoas todos os anos.

Foto: Leandro da Silva

**33ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul**

“Quilombos: Terra, Trabalho e Inclusão”. Com esse lema, a Romaria da Terra no Rio Grande do Sul, realizada no dia 16 de fevereiro no Santuário da Medianeira, no município de Santa Maria (RS), lançou o Movimento Nacional em defesa da titulação e desenvolvimento sustentável dos territórios quilombolas. Com o Movimento foi lançada, também, a agenda de mobilização pela titulação dos territórios quilombolas.

Os representantes das comunidades quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul estavam presentes na

romaria para denunciar o descaso nas esferas municipal, estadual e federal, na implementação de políticas públicas e na titulação de seus territórios, bem como para protestar pela proposta ação direta de inconstitucionalidade do decreto 4487/2003 por partidos da direita, com visão contrária aos direitos adquiridos. Das 184 comunidades existentes no RS, somente seis estão em processo de regularização. A demora tem acirrado os conflitos, sendo que muitas lideranças quilombolas são ameaçadas de morte, presas, perseguidas e assassinadas.

Xambioá recebeu a 12ª Romaria da Terra e das Águas Padre Josimo

A 12ª Romaria da Terra e das Águas Padre Josimo foi realizada nos dias 8 e 9 de maio, em Xambioá (TO). A Romaria contou com oficinas, como as “Ciranda das Crianças”, “Me conta essa história”, “Que preconceito é esse?”, “A ética do Reino: o que é?”, “Justiça e Paz” e o “O reino do progresso”. A Romaria contou, ainda, com caminhada dos romeiros pelas ruas de Xambioá, passando pelas margens do Rio Araguaia. Pa-

dre Josimo atuava como coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na região do Bico do Papagaio, Tocantins. E foi morto no dia 10 de maio de 1986, a tiros, enquanto subia a escadaria do prédio onde funcionava o escritório da CPT, em Imperatriz (MA). Para os lavradores da região, o “padre preto de sandálias surradas” é símbolo de resistência contra a opressão, um mártir da luta pela terra.

CPT Goiás e Diocese de São Luís realizam 14ª Romaria da Terra e das Águas

No dia 5 de junho foi realizada, na cidade de Anicuns (GO), a 14ª Romaria da Terra e das Águas. A CPT Goiás e a Diocese de São Luís de Montes Belos (GO), organizadores do evento, receberam romeiros e romeiras vindos de todas as partes do estado, para celebrar este grande momento. A Romaria é um momento de fazer memória e luta do povo pela terra, os mártires, mulheres e homens, camponeses, negros e índios, que doaram suas vidas na busca da tão sonhada reforma agrária e na garantia de seus direitos. Nesse ano, a 14ª Romaria da Terra e das Águas trouxe

como tema “Povos do Cerrado, Soberania em defesa da Vida” e como lema “Tomou, pois, o Senhor Deus o homem e a mulher e os colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar”. (Gn 2, 15). O propósito da Romaria foi o de denunciar as práticas de destruição do Cerrado e a violência contra os povos que vivem nele, como os sem-terra, sem água, sem moradia, sem saúde, sem educação, sem trabalho, sem oportunidade de vida digna, e anunciar um outro caminho, de comunhão com o meio ambiente, de justiça no campo, de Reforma Agrária e de Liberdade.

Foto: CPT Bahia

**33ª Romaria da Terra e das Águas da Bahia**

Cerca de 7 mil romeiros caminharam nos dias 2, 3 e 4 de julho em Bom Jesus da Lapa, Bahia, tradicional lugar de peregrinação, localizado a 796 km de Salvador, à margem do rio São Francisco, para a 33ª Romaria da Terra e das Águas. Sob o lema “Terra Mãe, para onde vamos?”, o evento reuniu trabalhadores e trabalhadoras rurais,

comunidades tradicionais e movimentos sociais para expor as suas dificuldades, mas também buscar forças e partilhar experiências e conquistas na luta por terra, água e justiça. O destaque da 33ª edição da Romaria da Terra e das Águas na Bahia, foi a Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra.

14º Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais

“Nas terras e águas dos Gerais, a memória da resistência de nossos ancestrais”, com esse lema Januária (MG) recebeu a 14ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais. No dia 18 de julho, a cidade acolheu cerca de 5 mil romeiros de todo o estado e do país. Esse ano, a Romaria teve como tema “Terra e água partilhada, herança de Deus resgatada” e teve como objetivo ser um momento de anúncio da vitória da vida, da organização do povo e denúncia frente à violência do sistema ca-

pitalista neoliberal. O município de Januária e sua região são marcados pela presença de várias comunidades tradicionais, como os indígenas Xakriabá; os quilombolas, pescadores, vazanteiros, ribeirinhos, geraizeiros e outras, que lutam para garantir e preservar seus territórios. A resistência dessas comunidades é um forte exemplo de profecia e poesia. Durante a Romaria foram recolhidas assinaturas para duas campanhas: a do Limite da Propriedade da Terra e a Campanha Opará.

Foto: CPT Minas Gerais



5ª Romaria da Floresta

“Se quiser a Paz, faça a Justiça.”. Com esse lema, foi realizada de 22 a 25 de julho, em Anapu (PA), a 5ª Romaria da Floresta. Os romeiros e as romeiras caminharam do túmulo da Irmã Dorothy, no centro de São Rafael, em Anapu, até a Cruz marcando o lugar onde Irmã Dorothy foi assassinada, no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, em 12 de fevereiro de 2005. É

uma caminhada de fé, de resistência, de celebração e esperança. Com a memória de irmã Dorothy, o povo organizado caminha em defesa da vida, do povo e da floresta. Caminha, também, para declarar e mostrar que continua resistindo. Como dizia irmã Dorothy, “Terra tem que ser para sempre, temos que pensar naqueles e naquelas que vêm depois de nós.”

14ª Romaria da Terra e das Águas no Rio de Janeiro

Com o Lema: “Terra e água, Dom de Deus, Direito do povo”, a Comunidade de Paracambi (RJ), realizou no dia 25 de julho, a 14ª Romaria da Terra e das Águas, que fez parte das Celebrações do Jubileu da Diocese de Nova Iguaçu e da criação do Município de Paracambi. No dia 25 de Julho, dia do Trabalhador e Trabalhadora Rural, a Diocese de Nova Iguaçu foi a Casa da Mãe Terra, da Irmã

Água e de todos os componentes da Natureza. As comunidades do Estado do Rio de Janeiro foram acolhidas em um grande clima de confraternização. Os romeiros e romeiras somaram forças com outras entidades no enfrentamento ao agro-hidronegócio, contra a monocultura, a prática do trabalho escravo, as privatizações, a poluição das águas, os transgênicos e os agrotóxicos.

12ª Romaria da Terra e das Águas de São Paulo

2.500 pessoas participaram, em Iaras, São Paulo, próximo ao local onde os trabalhadores e trabalhadoras do MST ocuparam, no ano passado, parte da área grilada pela Cutrale, da 12ª Romaria da Terra do estado de São Paulo. A Romaria aconteceu no dia 25 de julho. O arcebispo de Botucatu, Dom Maurício

Grotto de Camargo, e diversos padres e religiosas do estado se juntaram aos assentados e acampados e a outros trabalhadores da região, que proclamaram a “Terra Dom de Deus e Direito do Povo”, para reafirmar que “lutar pela terra não é crime, é bem aventurança”, como diz o lema da Romaria.

CPT Paraná realiza Romaria no Vale do Ribeira

A CPT Paraná realizou, no dia 15 de agosto, sua 25ª Romaria da Terra. Esse ano o evento foi realizado no município de Adrianópolis (PR) que também comemorou seu jubileu de prata, com o tema “Quilombo: resistência de um povo, território de vida”. Um dos objetivos da Romaria foi evidenciar as dificuldades e os an-

seios das comunidades quilombolas da região do Vale do Ribeira, considerada uma das regiões mais carentes de serviços públicos do Estado. Para a CPT Paraná, a Romaria procurou ouvir o clamor dos povos do campo e destacou a situação dos municípios do Vale do Ribeira, em especial das comunidades quilombolas.

6ª Romaria Diocesana da Terra e das Águas de Presidente Prudente (SP)

A CPT Pontal realizou, no dia 19 de setembro, a 6ª edição da Romaria da Terra e das Águas de Presidente Prudente, no assentamento Margarida Alves, município de Mirante do Paranapanema, São Paulo. O assentamento escolhido possui um histórico de seis anos de luta e quatro de assentamento. A comunidade Margarida Alves possui 90 famílias assentadas e a maio-

ria de suas lideranças são mulheres. O tema esse ano foi “Mulheres do campo na luta pela terra em defesa da vida”. A Romaria teve como objetivo, além da luta pela Reforma Agrária, destacar o protagonismo das mulheres no campo.

IV FÓRUM SOCIAL DAS AMÉRICAS

“Ao capitalismo não interessa a vida!”

CRISTIANE PASSOS*

Com essa frase, proferida pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, se encerrou o IV Fórum Social das Américas, em Assunção, Paraguai. O evento, realizado de 11 a 15 de agosto, reuniu cerca de seis mil pessoas de vários países das Américas.

Com o lema “uma outra América é possível” ou “ambue Amérika ikatu jajapo!”, em guarani, o Fórum reuniu, também, militantes da Via Campesina, de todo o continente.

As armadilhas do capital e suas consequências foram discutidas no IV Fórum Social das Américas, em Assunção, Paraguai. Nos quatro dias de atividades houve debates em torno ao falso ambientalismo de mercado, aos impactos das monoculturas, ao avanço da soja na América Latina, ao aumento da militarização no nosso continente, à luta das mulheres contra a violência, às mudanças climáticas, entre outros.

Resistência contra o avanço dos monocultivos de soja no Cone Sul

Um panorama da produção de soja no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Segundo Sérgio Schlesinger, da FASE Brasil, Brasil, Argentina e Paraguai, estão entre os maiores exportadores do grão no mundo. 26% das exportações agrícolas do Brasil são de soja. Mais de 90% dessa produção é destinada à alimentação de animais. Além disso, a soja utiliza mais de 45% de todo o agrotóxico consumido no Brasil. Na América Latina, o consumo de agrotóxicos representa quase 20% do consumido no mundo. Segundo Sérgio, pesquisas demonstram que o uso seguido de aditivos químicos aliado às mudanças climáticas na região sul do Brasil, impossibilitará, em 30 anos, a produção de qualquer grão na região.

Carlos Vicente, da Argentina, apresentou o panorama da produção transgênica. Segundo ele, há uma concentração de soja e milho na cadeia de produção de alimentos e as transnacionais detentoras da tecnologia transgênica, passam a controlar a produção dos alimentos. “O único objetivo dos

transgênicos é controlar a alimentação e o agronegócio no mundo, nada tem a ver com a produção de alimentos para a população”, enfatizou. Na produção são utilizados 200 milhões de litros de glifosato. Está-se instalando uma indústria que extrai nutrientes do solo, água dos lençóis freáticos, envenena o solo para exportar um produto que leva junto as riquezas naturais da região. “45 bilhões de litros de água por ano são gastos na produção de soja na Argentina”, completou Vicente. A Argentina está perdendo por ano cerca de 250 mil hectares por causa do avanço da fronteira agrícola no país.

Segundo David Cardoso, do Pa-

strangeiros também é uma amarga realidade no Uruguai. Segundo Martin Drago, da organização Amigos da Terra, um terço da área agrícola do país está nas mãos de estrangeiros, o que atenta contra a soberania nacional e a segurança do país e tem elevado o valor das terras e do arrendamento delas no Uruguai.

Saberes camponeses contra as mudanças climáticas

No acampamento da Via Campesina discutiram-se os rumos da agri-

foto: Cristiane Passos-CPT Nacional



raguai, 2.750.000 hectares são destinados à soja em seu país. O Paraguai é o país com maior cultivo de soja transgênica na América Latina. Nele e na Argentina, a soja cultivada corresponde a mais de 50% do território nacional. Fato recorrente em toda a América Latina, a apropriação de terras por

cultura e produção de alimentos diante do novo cenário climático. “Se o clima mudar completamente, será muito difícil manter uma agricultura no mundo. Precisamos reverter os efeitos das mudanças climáticas”, enfatizou Camila Montecinos, da organização GRAIN, do Chile. Segundo ela, a Via Campe-

sina encara como protagonistas nessa tarefa de barrar as mudanças climáticas, os camponeses e camponesas de todo o mundo, “A defesa da agricultura camponesa e indígena não é apenas um direito, mas uma necessidade para o futuro da humanidade”, finalizou. Diego Montón, do Movimento Nacional Campesino e Indígena da Argentina (MNCI), chamou a atenção para o fato de que a atual matriz de consumo, utiliza mais energia do que o planeta consegue produzir ou reciclar. Na liderança deste modelo, os Estados Unidos. Já os camponeses possuem uma sabedoria ancestral: “Temos todo um antecedente de gerações e gerações de produção de alimentos em conformidade com a natureza”, ressaltou Diego.

Os povos latinoamericanos e o bem viver

A Assembleia dos Movimentos Sociais, realizada no último dia do Fórum, reforçou as ideias debatidas nos quatro dias do evento e uniu vozes em sua declaração final ao considerar que nossa América está caminhando apesar das tentativas do imperialismo de barrar os governos populares da América Latina. A assembleia reforçou a ideia do bem viver e da preservação da Mãe Terra e de suas riquezas naturais. “Temos que viver bem! E viver bem não é ter dinheiro. É garantir a soberania alimentar e assegurar a sobrevivência dos povos”, disse um camponês boliviano sobre a luta pela preservação da Pachamama, que vai na contramão dos projetos do capital.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



“Nuestra América está em camino”

HERMÍNIO CANOVA*

Com aproximadamente 6.000 participantes, 550 atividades, centenas de organizações, entidades e movimentos sociais, o 4º Fórum Social das Américas aconteceu em Assunção (Paraguai), de 11 a 15 de agosto último. O Brasil ficou praticamente ausente deste Fórum. Poucos também foram os delegados da América Central. Chamou a atenção, a numerosa e colorida delegação dos bolivianos, todos orgulhosos do processo de mudança política e institucional que estão vivendo. Outro destaque foi a forte presença do Movimento Camponês latino-americano, com suas diferentes organizações e com suas propostas originais e radicais de Reforma Agrária, de controle dos territórios, da água e dos bosques. O Movimento fez fortes denúncias contra o agronegócio e os agrovenenos, e contra a ausência de políticas adequadas para as comunidades da terra.



Foto: Minga Informativa

intelectual, são estas as grandes ameaças para os lentos processos de participação popular e de construção da soberania dos diferentes países.

5 Os Presidentes. Com ele chegou José Mujica, do Uruguai, favorável ao Mercosul: “De agora em diante, o mundo vai se dividir em blocos. Querendo-se ou não, esta é a globalização”. Afirmou a possibilidade de cada país fazer seu próprio processo de mudança, porque não se tem um só modelo: “A liberdade não briga com a diversidade”. Evo Morales,

1 “LA MADRE TIERRA”. Logo na abertura do Fórum, a líder indígena guatemalteca Rigoberta Menchú deu o pontapé inicial ao tema com sua característica fala: “a salvação da humanidade é a salvação da Terra, por que é ela que nos dá a vida, o ar e a água”. O novo conceito do “buen vivir/vivir bien” na terra, comporta uma nova ética baseada na vida comunitária, na solidariedade, na economia do essencial e do que é digno, no saber ancestral e na produção diversificada dos alimentos, afinal numa vida “em plenitude”.

2 Terra, Territórios e Reforma Agrária. Os camponeses organizados exigem uma Reforma Agrária radical para recompor e proteger seus territórios. Presenciei uma tentativa, fracassada, de diálogo entre o governo do Paraguai e os movimentos camponeses mais organizados do país. É o impasse da Reforma Agrária, num país onde o narcotráfico e a máfia de

grupos poderosos, como o dos plantadores de soja e o dos pecuaristas, controlam a maior parte das terras e determinam a política agrícola do país. A Pastoral Social e a Pastoral de la Tierra da Igreja do Paraguai, numa atividade com muitos participantes, apresentaram um documento sobre a Reforma Agrária, elaborado com a participação de várias comunidades camponesas, indígenas e chaquenhas (grupos de peões do Chaco).

3 Os temas e as intenções do Fórum. Os debates foram de alto nível. Analisou-se a situação do continente e os desafios que nascem dos processos de mudança que estão ocorrendo em vários países. Há ganhos, ameaças e esperanças. A integração regional dos povos latino-americanos já é um fato. A integração está caminhando, sobretudo, entre os países andinos. Na América Latina estão em curso mudanças civilizatórias e institucionais. Foi discutido amplamente, também, a

disputa hegemônica entre o poder das ideias e dos conhecimentos diante da força dos grandes meios de comunicação. Preocupa a todos a militarização do continente; o Império está sempre atento ao Continente latino-americano e impõe novas bases militares, tendo como objetivo a dominação na região e o controle dos recursos naturais estratégicos.

4 Ameaças, alternativas e oportunidades nos processos de mudança que estão acontecendo na América Latina. Foi duramente criticado o golpe político de Honduras, como um grande perigo para os processos democráticos populares em curso em outros países do continente. A concentração do poder político-militar-agrário, as crises ambiental e energética, o saque por parte das empresas transnacionais dos recursos naturais, o acelerado processo de transformação tecnológica, o papel do conhecimento como instrumento de poder e de propriedade

les, da Bolívia, destacou a importância de defender os direitos da Mãe Terra diante do capitalismo, e de recuperar a soberania: “Nunca tivemos superávit fiscal, sempre déficit; hoje temos crescimento econômico, reservas internacionais e estamos recuperando os recursos naturais. Os pobres no poder têm mudado a política”. Foi Fernando Lugo, do Paraguai, que encerrou o Fórum: “A América Latina está caminhando rumo a um sonho, à soberania e à integração”. Falou de novos tempos e de novos ventos, mas também de novos perigos, dentro e fora, para os novos processos democráticos de mudança no continente.

O continente latinoamericano vislumbra um horizonte de esperanças e de mudanças irreversíveis, em termos de soberania, integração e liberdade. “América Latina sempre de pé, nunca mais de joelhos!”.

MÁRTIRES

15 anos do Massacre de Corumbiara

CRISTIANE PASSOS*

Impunidade e violência ainda marcam o cenário agrário brasileiro. As vidas ceifadas no leito da terra mantêm forte a semente da luta por justiça, igualdade e dignidade.

Arquivo: CPT Nacional

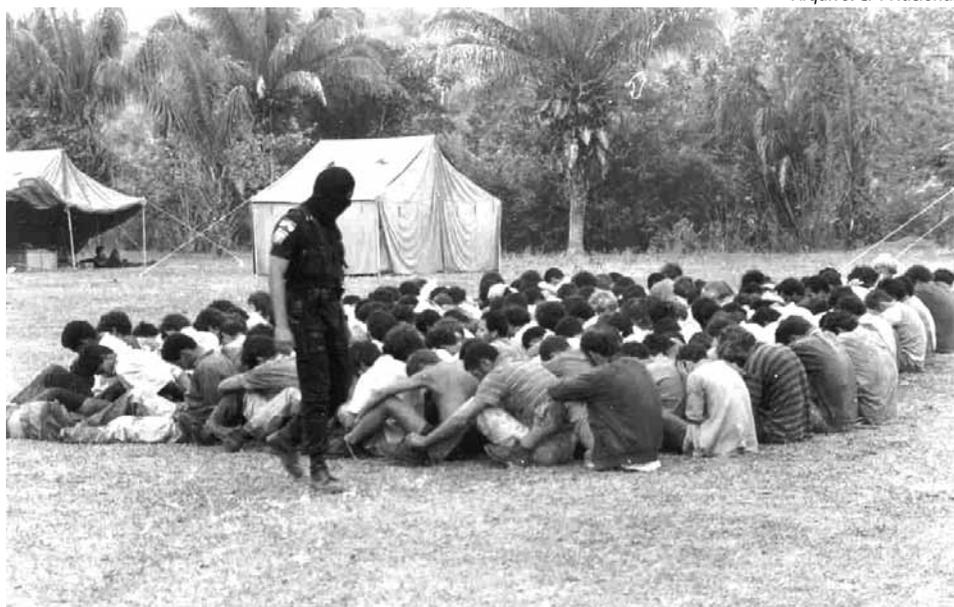


Foto: combonianos



No dia 9 de agosto completaram-se 15 anos do massacre de Corumbiara, ocorrido em 1995 na fazenda Santa Elina, município de Corumbiara, Rondônia. Nove sem terras tiveram suas vidas interrompidas pela ganância daqueles que, em detrimento ao direito à vida, querem apenas garantir o que consideram “seu sagrado direito” à propriedade. Um dos 440 conflitos ocorridos no ano de 1995, o caso da fazenda Santa Elina teve início no dia 14 de julho daquele ano, quando centenas de famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra ocuparam uma pequena parte dos 20 mil hectares da fazenda. Rápida apenas nesses casos, a Justiça no dia 19 de julho expediu a liminar determinando a reintegração de posse. Um grupo de policiais chegou ao acampamento no mesmo dia, e acabou ferindo à bala um posseiro. Diante do iminente conflito, foi montada uma comissão de intermediação. Na madrugada do dia 9 de agosto, 194 policiais e um outro tanto de jagunços fortemente armados cercaram o acampamento e deram início ao massacre.

Naquele local, homens foram executados, mulheres foram usadas como escudo por policiais e jagunços, 355 pessoas foram presas e torturadas por mais de vinte e quatro horas, e o acampamen-

to e os barracos foram incendiados com todos os pertences das famílias. Nove mortos. Entre eles a pequena Vanessa, de apenas sete anos. Cinquenta e cinco sem terras foram gravemente feridos. Há provas de que corpos foram queimados no local. Existem pessoas desaparecidas até hoje. Ninguém foi punido ou condenado por esse massacre. Ninguém foi punido ou condenado pela tortura, pelos ferimentos e pelas agressões.

25 anos do martírio de padre Ezequiel Ramin

Uma das figuras que mais marcaram o grupo comboniano no Brasil foi a do Pe. Ezequiel Ramin. Italiano de origem, veio ao Brasil em 1984. Depois de uma rápida introdução à língua e aos costumes do país, foi para Rondônia. A situação era explosiva na região naquela época. Nova frente de colonização, as pessoas chegavam aos milhares. O que padre Ezequiel encontrou foi um mundo em plena agitação e empolgação. Em 1984, mais de 200 mil pessoas entraram no Estado.

Rondônia era uma imensa fronteira

em desenvolvimento, onde grandes ambições e interesses estavam em jogo. Na luta pela terra, grupos poderosos disputavam cada palmo de chão, com a conivência do estado e de seus representantes. Falava-se, na época, de 16 mil famílias em fila de espera nas listas do Incra. Havia pelo menos 50 mil famílias sem-terra. Os conflitos aumentavam a cada dia em quase todos os municípios. Como no caso da fazenda Catuva, uma terra grilada a cerca de 100 quilômetros de Cacoal, a cidade onde Ezequiel morava. Diante das pressões e ameaças dos fazendeiros e jagunços, ele tomou posição. No dia 24 de julho de 1985 saiu de casa bem cedo, em companhia do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal, para conversar com os colonos ameaçados de despejo. No caminho de volta, foi crivado de balas. Foi o fim trágico de um idealista. Tinha só 33 anos e pouco mais de um ano de Brasil.

“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”

Com esta frase, Margarida Maria Alves fez seu último discurso antes de ser morta. Paraibana, de Alagoa Grande, foi eleita presidente do Sindicato de Traba-

lhadores Rurais de sua cidade, em 1973. Foi a primeira mulher a ocupar um cargo destes no Estado. Durante 12 anos à frente do sindicato, foram movidas mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho da região da Paraíba.

Margarida lutava pela defesa dos direitos do homem do campo. Com o surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, os latifundiários intensificaram a violência. No dia 12 de agosto de 1983, aos 50 anos, e na frente do filho e do marido, Margarida foi assassinada na porta



de sua casa com um tiro de espingarda calibre 12 no rosto. O tiro foi disparado por um homem encapuzado que fugiu. Na época de sua morte, Margarida movia 72 ações trabalhistas contra fazendeiros. Os mandantes faziam parte do “Grupo da Várzea”, composto por 60 fazendeiros, 3 deputados e 50 prefeitos. Ninguém foi preso. A sua luta continua sendo referência, e o dia 12 de agosto se tornou o “Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária”.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

REFLEXÕES BÍBLICAS

Conhecer quem é nosso Deus é descobrir nossa própria identidade

ALESSANDRO GALLAZZI*

No número anterior vimos que é no conflito que Deus revela seu nome. Abraão o conhecia como Deus, nome comum a todos os deuses, mas no conflito com o Faraó, na luta pela liberdade é que vai ser revelado o nome Javé.

E o lugar do encontro com Deus, não é mais a árvore, o poço, mas a terra. "Não te aproximes.

A terra que pisas é terra santa", falou Javé a Moisés.

Acompanhemos aqui as reflexões de Sandro que nos mostram quem é este nosso Deus.

A. O Deus dos hebreus

"Eu sou o Deus de Abraão, de Isaac, de Jacó". É a primeira coisa que Deus diz a Moisés. Só que agora a compreensão é muito maior. Deus não se contenta mais em acompanhar os passos de uma só família, de um só clã: Ele escuta, vê e conhece tudo o que passa com os que gritam sob a escravidão. O Deus de Abraão passa a ser compreendido como Deus dos pobres, dos oprimidos, dos que choram, dos hebreus, dos marginalizados e excluídos.

B. O Deus que desce

"Desci para libertar". Javé em hebraico que dizer "o que está aqui", "o que desceu". É que nosso Deus é o Deus dos escravos, não o Deus dos escravizadores; o Deus dos oprimidos, não o Deus dos opressores; o Deus dos que gritam e não o Deus dos que fazem gritar. E não é somente o Deus dos oprimidos, mas o Deus que quer libertar. Então, necessariamente, é o Deus que entra em conflito ao lado dos oprimidos, dos escravizados, dos que gritam sob a escravidão.

Ainda agora, quando o conflito se dá com um sistema que gera milhões de excluídos e famintos, nós temos a certeza de que nosso Deus é o Deus do

campo, o Deus do produtor, o Deus do trabalhador que busca justiça e vida. A partir desta certeza os profetas que foram os guardiães mais

pagão que não conhece a nosso Deus e o chama com outro nome, mas sim é o pecado dos que dizem que Deus está legitimando o sistema. Isso é idolatria.

Podemos usar o nome de On ou o nome de Baal e até o nome de Javé, como o fizeram Salomão e outros reis. Os profetas não vão permitir que se diga que Deus legitima o poderoso que oprime. "Não tomarás meu nome para coisas vãs. Eu não vou deixar sem castigo quem use meu nome em vão". Para os profetas, idolatria é usar a Deus para legitimar a situação de opressão.

C. O Deus que envia

O Deus de Javé é um Deus que envia: "Vai tu ao Faraó e diz a ele que deixe sair meu povo". Dizer que Deus não desceu, mas que ficou no alto justificando a opressão é idolatria. Mas, não acreditar que Deus nos envia, é magia. Magia é o pecado do povo. Magia é esperar que Deus resolva nossos problemas de maneira milagrosa, agindo em troca de ritos que possamos fazer. O mesmo Deus que desce é o que envia. Podemos dizer que o Deus que desce é Moisés que vai. Somente esta união misteriosa possibi-

lita o processo de libertação. Esta é a novidade profética que condensa a memória histórica de quatrocentos anos de luta popular. Eles não deixam que os poderosos usem e manipulem a Deus para sua legitimação. Eles anunciam com clareza que nosso Deus é o Deus da vida, é o Deus que desce ao lado dos pobres para libertá-los, mas não o faz de maneira mágica, milagrosamente, mas dizendo: "Vai, eu te envio".

A partir deste momento, as palavras bíblicas que mais se vão escutar são: "Eu estou contigo", "não tenhas medo": são as duas palavras que necessitam escutar os que enfrentam o conflito.

Jesus, mais tarde, dará três nomes a estas três ações de Deus:

Ao Deus dos pobres, Jesus o chama Pai nosso.

Ao Deus que desce para libertar, o chama Filho muito amado.

Ao Deus que envia, Jesus o chama Espírito Santo. "Como o Pai me enviou, eu os envio a vocês, recebam o Espírito Santo".

E, se a Bíblia promete castigo a quem toma em vão, idolatricamente, o nome de Deus, Jesus diz que todos os pecados serão perdoados, menos um: o pecado contra o Espírito Santo. Esse nunca terá perdão. O pecado contra o Espírito Santo é dizer: "Eu não vou".

Conhecer o rosto de Deus é descobrir nossa própria identidade. Nós somos os enviados a nossos faraós com a missão de libertar nosso povo.



fiéis desta memória, vão dizer que cada vez que o palácio, o quartel, o templo ou o armazém tentam trazer Deus para seu lado vai ser idolatria. Idolatria não é tanto a atitude do

MEMÓRIA

Na Casa do Pai

ANTONIO CANUTO*

Em poucos meses a CPT perde três companheiras de luta, agentes da CPT de longa data.

Inez

Primeiro foi Inez. Inez Ethne Gontijo Neiva. Desde 1987 na Secretaria Nacional da CPT, primeiro na comunicação e depois na documentação. No dia 27 de março seu corpo não resistiu ao câncer detectado em julho do ano passado. Sempre fiel, com seu jeito simples, calado e discreto, ajudou a construir a história da CPT. Indignava-se diante da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo e vibrava com suas conquistas.



Arquivo: CPT Nacional

Marilene

No dia 01 de agosto foi Marilene de Jesus Cardoso Matos quem partiu. Agente desde a primeira hora da CPT



Foto: CPT Bahia

na Diocese da Lapa, BA, há 35 anos atrás. Ruben Siqueira nos brindou um belo texto sobre ela.

“Na celebração de despedida de Marilene, além dos familiares, gente de longe e gente de perto, de todas as cores, vários credos, graus de instrução, a

diversidade dos movimentos sociais, organizações populares do campo e da cidade eram expressão de 53 anos de vida e uns 35 de militância popular, pastoral, eclesial. Marilene marcou com amor feito firmeza e carinho a vida de muita gente, dos camponeses em especial, do movimento popular, da Igreja, da CPT.

Os últimos tempos de Marilene foram de uma intensidade reveladora: de um espírito inquebrantável, ela não teve um corpo que, ainda sendo forte, sustentasse tanto destemor – a revolta das células de um câncer tão violento quanto inadmissível a matou em três meses. As agruras familiares, o assassinato do esposo Afonso, a prisão arbitrária, as dificuldades em conciliar o estudo e o trabalho, as incertezas da luta popular na atual quadra... tudo isso junto e em

pouco tempo, foi um coquetel da vida duro de engolir até para uma Marilene.

Mulher, negra, pobre, urbana, filha de pais lavradores de terra alheia, acostumou-se a dar de graça o suor e desde cedo, nas CEB's, na PJMP, na CPT, pôs-se a suar na luta do povo, no

caminho do Reino, na Romaria para a Terra Prometida. Forjada na adversidade, aprendeu na contracorrente a ser libertária. Jamais se dobrou ou contemporizou com os poderes, nem os opressores, nem os falsamente libertadores.”

Trindade

Com 50 anos de idade, advogada, ligada à Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares - Renap, agente da CPT do Regional Araguaia-Tocantins desde 1982 - primeiro na Prelazia de São Félix do Araguaia (MT) e desde 1999 em Araguaína (TO) - Maria Trindade Gomes Ferreira nos deixou no dia 25 de agosto, também fulminada por um câncer. Nos últimos anos Trindade estava se

a Trindade no solo do Tocantins, palco de suas lutas! E vamos plantá-la também em nossas mentes e corações para que nunca a esqueçamos”. Roberto Rainha, da Renap São Paulo, disse que Trindade, “Foi escolhida, nomeada e convocada para compor a bancada de cima, onde se soma a tantos outros ilustres e inescrutáveis colegas que para lá se foram.”

Ana Maria, da CPT Amapá, junta a lembrança de Trindade e Marilene, à do pequeno Kauã, filho de Maria dos Anjos, até recentemente da coordenação do regional Araguaia-Tocantins, que faleceu com menos de um mês de idade. diz ela. “Silêncio e oração”.

Mesmo no tumulto dos dias que antecedem o Grito e o Plebiscito.

Militância e afeto

Saudade que faz renovar os compromissos...

O coração ainda a meditar sobre a Páscoa de Marilene,

chega a notícia de mais duas Páscoas.

Dolorosas e duras, como pedras.

E nós aqui a empurrar, como as mulheres, na madrugada de domingo, estas pedras.

Conscientes da Luz, certos da Vida, embaçados de lágrimas e dobrados de

dor...”

Luciano Bernardi, da CPT Bahia, qualifica Marilene e Trindade como “autênticas missionárias da CPT, a serviço dos pobres e de suas causas, frutos de uma temporada de igreja e de sociedade onde elas firmaram, ‘no sangue, na raça com fidelidade’, a fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres da terra.”



Foto: CPT Araguaia-Tocantins

dedicando à luta das comunidades atingidas pela Barragem de Estreito, como também na defesa de várias famílias de posseiros, ameaçadas de despejo pelos grileiros de terras e produtores de soja no norte do Tocantins. “Mesmo doente não se deixou abater, sempre sorridente nos animava e queria saber como andavam os grupos acompanhados pela CPT”, nos informou o regional. Dela, disse Noaldo Meireles, da RENAP e advogado da CPT Paraíba: “Vamos plantar

EXPERIÊNCIA

A CPT da Prelazia de Lábrea: 26 anos de luta e compromisso

PADRE FERNANDO REDONDO PAVÓN*

“Respondendo ao clamor que vêm dos rios, campos e florestas”.

Desde que a CPT foi criada na Prelazia de Lábrea por decisão de uma Assembleia diocesana no ano de 1984, não parou de defender a vida ameaçada nesta região sul do estado do Amazonas, estando sempre ao lado dos ribeirinhos, agricultores, pescadores e outras populações tradicionais que povoam a região.

Atualmente a CPT da Prelazia de Lábrea está formada por quatro equipes, uma em cada um dos quatro municípios que formam a Prelazia (Tapauá, Canutama, Lábrea e Pauini), com um total de seis agentes liberados e quatorze voluntários, e mais um coordenador da área.

Os desafios que enfrentamos são muitos. Lábrea se encontra no Sul do Estado do Amazonas, no chamado arco de fogo da grilagem e do desmatamento. Muito do trabalho realizado pelas nossas equipes nos últimos anos foi precisamente lutar junto a outras entidades da região para impedir o avanço da grilagem, do desmatamento e do agrogócio, que ameaça a sobrevivência das populações tradicionais da região (ribeirinhos, indígenas, extrativistas, pescadores). Uma das bandeiras de luta para tentar frear toda esta invasão depredadora, foi o apoio incondicional às comunidades ribeirinhas do Médio Purus e do rio Ituxi, para que o Governo Federal decretasse a criação de duas Reservas Extrativistas.

Foram muitos os dias passados pelos agentes da CPT navegando pelo rio Purus e Ituxi, de barco e de “voadeira”, enfrentando o calor e a chuva, indo ao encontro das comunidades ribeirinhas, levando formação e informação aos membros das comunidades, sobre os benefícios que a criação das Resex traria para toda a população. Também dedicamos muito tempo na organização e articulação social das comunidades, ajudando-as a criar associações comu-



Foto: CPT Amazonas

nitárias. Não foi fácil este trabalho, pois ao mesmo tempo em que nós levávamos essa formação e conscientização às comunidades, os políticos locais junto aos descendentes dos velhos “coronéis de barranco”, antigos proprietários de seringais e castanhais, que sempre exploraram estas populações, vendo ameaçado seu poder econômico com a criação das Resex, faziam suas visitas às mesmas comunidades desacreditando o nosso trabalho, comprando o povo e fazendo a cabeça deles para que desistissem da luta em favor da criação das Resex.

Pelo fato de serem enormes as distâncias na nossa região, só em Lábrea para chegar até a última comunidade do município temos que navegar quatro dias de barco sem parar, cada visita das equipes às comunidades varia entre dez a quinze dias navegando pelos rios, sem voltar para casa.

Além de todo este trabalho em favor da criação das Resex, a CPT de Lá-

brea está fazendo um trabalho na área de preservação de lagos e tabuleiros, impedindo a pesca predatória e a caça indiscriminada de quelônios (tracajá, tartaruga, entre outros) por parte de pescadores vindos de fora do município. Para a realização deste trabalho de preservação, a CPT, em parceria com o IBAMA, formou e acompanha mais de 50 Agentes Ambientais Voluntários, que em suas respectivas comunidades realizam um trabalho de monitoramento das áreas preservadas. A preservação de lagos e tabuleiros (praia de rio onde os quelônios se criam) é fundamental para garantir a alimentação destas populações ribeirinhas, pois a mata, os lagos e rios são o “supermercado” natural destas comunidades.

Na época do verão, em todas as comunidades ribeirinhas se cultiva o chamado feijão de praia, quando os rios baixam e deixam nas suas margens grandes praias adubadas de maneira natural com os nutrientes que deixam as águas duran-

te o inverno. Este feijão além de ser, junto com a farinha de mandioca, alimento básico da população, é também uma fonte de renda para a precária economia destas comunidades. Normalmente quem compra este feijão são os atravessadores (comerciantes fluviais ou regatões, como se costumam chamar por estas terras). Estes comerciantes compram o feijão através do sistema de troca com mercadorias que trazem da cidade. Normalmente compram a um preço muito baixo, que não compensa o trabalho dos agricultores. Por isso, uma das iniciativas da CPT foi entrar em contato com a CONAB, para que estas comunidades se pudessem beneficiar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e assim vender o feijão a um preço mais justo.

Todo os anos, em cada um dos quatro municípios, se celebra a Romaria da Terra e das Águas, onde, em um ambiente de oração, festa e amizade, agradecemos a Deus pelo dom desta maravilhosa natureza que nos rodeia, celebramos as conquistas que vamos conseguindo em favor de uma vida mais digna e reivindicamos das autoridades competentes, maior respeito e atenção aos direitos das comunidades na área das políticas públicas, saúde, educação e outras. No ano de 2008, quando as Resex foram decretadas, celebramos esta vitória em nossa Romaria, com o lema “Resex Médio Purus e Ituxi, uma escolha pela vida”. Neste mesmo ano de 2008, no município de Canutama, foi celebrada a Romaria com o lema: “Terra e Água fonte de vida, direito de todos”.

Já no ano passado, quando celebramos em toda a Prelazia os 25 anos de criação da CPT, o tema comum das romarias foi: “CPT Lábrea, 25 anos de luta e compromisso: respondendo ao clamor que vêm dos rios, campos e florestas”.

* Coordenador da CPT na Prelazia de Lábrea (AM)

Foto: João Zinclar

CULTURA

AMAZÔNIA

**Amazônia pede socorro
Contra as investidas dos tubarões
As nossas terras não estão à venda
Nem a floresta foi a leilão.**

**Ninguém se iluda com as promessas
Que o progresso só vai melhor
Diga à soja, não queremos ela
Nem madeiras pra nos explorar.**

**Nós defendemos o peixe-boi
As cachoeiras e os animais
O verde que na Amazônia nós vemos
Lá no sul não se vê mais**

**Vivemos bem sem suas ganâncias
Respeite a vida e nossa tradição
Com a ajuda de nossas organizações
Essas grilagens acabarão**

**ÝXÉ INDE ANDEPÁ PURACY
TEM A SASA ARAMEM TUPANA**

**(Vamos lutar esse é o nosso lugar
Junto ao nosso Deus Tupã)**

**Cacique Odair Borari
(durante o III Congresso Nacional da CPT)**

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
 Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

**CORREIOS
Impresso Especial**

**0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA**

IMPRESSO

VIA AÉREA